

Economia gera impasse na Constituinte

Angela Drumond
Editoria de Economia

A Comissão de Ordem Econômica, uma das nove da Constituinte que serão anunciadas provavelmente amanhã tratará especialmente as questões relativas à participação do Estado na economia, das estatais, reserva de mercado e propriedade do subsolo.

Até a última sexta-feira, as dificuldades para o preenchimento dos cargos desta Comissão em "conchavos" das lideranças dos partidos com o líder da Constituinte, senador Mário Covas, impediam apostas vencedoras na bolsa de especulações dos seus integrantes.

A indicação para a presidência da Comissão de Ordem Econômica — apesar do lobby pró-Albano Franco, senador e presidente da Confederação Nacional das Indústrias, que despontou no noticiário durante o transcorrer de toda a semana como um nome praticamente certo para o cargo — não foi confirmada por nenhum dos parlamentares do PMDB, mesmo os mais próximos ao senador Mário Covas.

Considerado um político de direita, estreitamente ligado aos grupos empresariais do país, a indicação de Albano Franco parecia inadmissível pelo fato de ter ingressado nas fileiras do PMDB recentemente, em fevereiro, quando deixou o seu partido de origem, o PFL.

Surgiu ainda a candidatura de Severo Gomes, outro senador do mesmo partido desta vez na condição de um político de centro-esquerda, para relator da Ordem Econômica.

Desta forma, apenas poucas certezas, como as indicações do deputado paranaense Hélio Duque para relator da subcomissão de princípios gerais, intervenção no Estado, regime da Propriedade de Uso do Solo e da Atividade Econômica; do deputado Benedito Monteiro (PA) para a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, e do senador Dirceu Carneiro, de Santa Catarina, para a Subcomissão da Questão Urbana e Transporte. Ambos como relatores.

Ao lado destes constituintes, outras tendências estarão compondo o jogo de forças dentro da Comissão de Ordem Econômica.

Pelo PFL, ainda um mistério, pois o partido pretende divulgar os seus indicados para os cargos nesta comissão no último momento. Segundo informou o senador Carlos Chiarelli, "na luta contra adversários, a escalada do time somente deverá ser divulgada na hora da partida". De acordo com as suas previsões, as indicações serão feitas no final da tarde da segunda-feira, durante a sessão plenária da Constituinte para a definição das Comissões.

Indicados pelo PDS ressurgem personagens conhecidos por atuações passadas nos setores econômicos do governo: o deputado Delfim Netto, de São Paulo, ex-ministro do Planejamento e o senador Roberto Campos (MT), que representam a volta dos monetaristas.

Entretanto, uma pesquisa realizada na quinta-feira passada por um jornal paulista concluiu que a Comissão de Ordem Econômica terá um perfil predominantemente conservador. Dos 63 constituintes indicados pelos partidos, 30 são de direita ou centro-direita, 24 de centro-esquerda ou esquerda e os nove restantes de tendência centrista.

ANC 88
Pasta 26 a 31
Março/87
061



Benedicto: situação é grave

Na condição, em princípio privilegiada, de advogado, escritor, deputado estadual e secretário de Estado do Governo do Pará, Benedito Monteiro foi casado, preso e torturado em 1964. Hoje, o deputado peemedebista constituinte estará atuando na Comissão de Ordem Econômica, provavelmente como relator da subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária.



Sem mais palavras, o deputado se refere a situação econômica do país como, "obviamente grave". E diz: "basta observar as greves que estão sendo deflagradas, as reivindicações dos governadores e prefeitos das capitais e do interior, que reuniram no Congresso Nacional quase duas mil pessoas no transcorrer da última semana".

Anteriormente, prossegue o deputado, imaginávamos que só havia quarenta milhões de pobres absolutos no país, os marginalizados. Agora, soma-se a este número a classe média, que está num processo de transferência do seu salário e patrimônio para os bancos, através de empréstimos, ou para o governo, em impostos — especialmente, o de renda, atingindo em cheio profissionais liberais.

"Estamos na crise do Plano Cruzado, que por sinal aconteceu em boa hora", frisa Benedito Monteiro. "Segundo as próprias autoridades, não chegou a ser complementado devidamente e encontra-se sujeito a correções que o governo está anunciando para dentro de poucos dias".

Isto quer dizer — explica — que em relação à crise econômica conjuntural precisamos ouvir primeiro as propostas governamentais e, então, dar sequência à vida econômica do país.

"Achamos que está profundamente concentrada não apenas na propriedade como na renda". Na sua opinião basta recordar a famosa frase do ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, de que "seria preciso primeiro, aumentar o bolo para depois dividi-lo".

Acontece, diz o deputado, que o bolo não aumentou e nem sequer foi dividido. "Hoje nós estamos dividindo a miséria do povo brasileiro, que é bastante grande". Quer dizer — continua — que fomos um país latifundiário, produtor e exportador de matéria-prima. "Somos a oitava potência do mundo e permanecemos na condição de um país agrário, apenas latifundiário e exportador, onde a população continua marginalizada em função desta "nova" situação econômica.

Para Benedito Monteiro, compete à Constituinte estabelecer um modelo econômico que modifique esta estrutura. Deve, ainda, ser reformulado o sistema bancário, porque, segundo define, "estamos vivendo na república dos banqueiros, inatingíveis e intocáveis".

Conforme reforça, todos os setores da sociedade têm pago com sacrifícios essa crise econômica brasileira, enquanto os bancos continuam usufruindo os lucros sem que tenham sido atingidos por qualquer medida do governo.

Salomão já tem proposta

O deputado Luiz Salomão (PDT/RJ), ex-secretário de Estado de Obras do governo Leonel Brizola, deverá participar da Comissão de Ordem Econômica, atuando na subcomissão de princípios gerais, intervenção no Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica. Ele acha que as poucas possibilidades de saída estão comprometidas pela estratégia cambial que o governo adotou.

A única forma de avançar estaria no retorno aos melhores dias do Cruzado e na opção por uma moratória interna, com "a renegociação de uma brutal política interna de endividamento situação determinada pelas elevadas taxas de juros que estão asfixiando as empresas pequenas e médias e os produtores rurais".

Na Constituinte, Luiz Salomão defenderá algumas propostas fundamentais. A primeira delas, voltada para o reconhecimento do papel do Estado na produção econômica. "Não da forma inversa em que se apresenta na atual Constituição, reduzindo o Estado à condição de intervenção supletiva e beneficiando em caráter preferencial a iniciativa privada", destaca. "mas ampliando a participação das empresas estatais no setor produtivo, especialmente do petróleo, aço e minerais".

Em caráter supletivo, Luiz Gonzaga pretende colocar na nova Constituição, a participação do capital estrangeiro, estabelecendo políticas de reserva nos segmentos de bancos, seguradoras, instituições financeiras e empresas de comunicação social, visando a restrição nestas áreas em defesa da Soberania Nacional, com a nacionalização e progressiva estatização dos bancos.

Ele vê necessidade de um planejamento nacional estabelecendo controle e acompanhamento dos projetos do Executivo através da Câmara dos Deputados.

Dirceu Carneiro é relator

O senador Dirceu Carneiro — PMDB/SC o mais votado em seu estado, com 566 mil e 800 eleitores, depois de uma atuação expressiva à frente da Prefeitura de Lages, é também arquiteto, 3º secretário no Senado e deverá participar como relator da subcomissão da Questão Urbana e Transporte da Comissão de Ordem Econômica da Constituinte.

Com a experiência adquirida atuando nas questões relativas aos problemas urbanos, Dirceu Carneiro acredita que 70% das dificuldades encontram-se nesta área. Ele afirma, com convicção, que a reforma urbana é, hoje, mais urgente ainda do que a reforma agrária.

Entre as duas, aponta uma diferença básica: no setor agrário as pessoas reagem de forma mais branda. No segmento urbano, a situação tem como agravante a desorganização das instituições federais que não estão estruturadas para a solução das demandas, apesar de existir o MDU, Ministério dos Transportes Urbanos e a EBTU — Empresa de Transportes Urbanos, entre outras. Por outro lado, justamente nesta área estão situados os segmentos mais organizados — o time da especulação imobiliária — resalta.

Esse "time" exerce controle sobre os meios de comunicação de massa, já que são fortes anunciantes.

Para o senador peemedebista torna-se necessária uma intervenção profunda do Estado neste setor, com a modernização da Lei de Uso do Solo, que afirma estar desatualizada. A última proposta feita com modificações na legislação, para uma modernização, não passou da primeira comissão e encontra-se paralisada.

Dirceu Carneiro defende maior flexibilidade do poder público no uso das funções da cidade, em razão do entrave que a legislação opõe ao desenvolvimento.

E completa: a especulação imobiliária tem que ser disciplinada para proteger os interesses dos usuários das cidades. Desta forma, como constituinte, o senador reafirma o seu compromisso com os segmentos da sociedade, que articulados deverão encontrar na Constituinte o encaminhamento de suas reivindicações.

PDS indicou Delfin Netto

O ex-ministro do Planejamento e Fazenda na época do milagre brasileiro, Delfim Netto, atualmente deputado federal pelo PDS/SP foi indicado pelo partido para a Comissão de Ordem Econômica.



Em entrevista ao JBR em 18 de março afirmou que a "economia do país está entregue às baratas". A razão apontada é simples: os responsáveis pela política econômica, conforme frisou, de nada sabem e não têm a menor idéia sobre o seu funcionamento.

Para o constituinte, o modelo econômico importador do ministro da Fazenda Dilson Funaro destruiu o Brasil porque praticamente extinguiu as reservas cambiais e o congelamento de preços foi uma demonstração de incompetência do governo do presidente José Sarney.

Delfim Netto defendeu a volta ao Fundo Monetário Internacional alegando que o Fundo chega, normalmente, quando a recessão já existe, se referindo ao momento delicado que atravessa a economia brasileira, açoitada ainda pelos altos índices de inflação.

O FMI abre as portas ao mercado financeiro internacional e, segundo frisou, permite a manutenção de um nível de consumo mais alto, como também de investimentos. Para Delfim Netto a discussão maior não é se o país vai ou não ao FMI, mas sobre a necessidade de que o governo apresente um projeto capaz de convencer as pessoas de que estamos caminhando para uma solução.

Além disto, Severo Gomes destaca a drenagem que ocorre com o superfaturamento das empresas multinacionais, com a prática de comprar matérias-primas mais caras do que realmente são, beneficiando as suas matrizes, ou pela exportação a preços baixos revogando a lei de remessa de lucros.

portação, além dos subsídios concedidos que beneficiam o capital internacional. "Só o subsídio que a Eletrobrás concede em termos de tarifas para os exportadores de alumínio e ferro gusa, na palavra do secretário-geral do ministério, é da ordem de 3 bilhões de dólares por ano", exemplifica.

Duque identifica problemas

O deputado Hélio Duque (PMDB), vice-líder do partido na Câmara Federal, relator da CPI sobre a questão tributária e presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, por indicação do senador Mário Covas, deverá ser agora o relator da subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica da Comissão de Ordem Econômica.

Para analisar a situação atual do Brasil, Hélio Duque identifica problemas em dois planos. No primeiro, a constatação de que o país vive hoje um momento extremamente sério e grave com a notória desarticulação por parte do governo na adoção imediata de medidas econômicas que o momento nacional requer. «O presidente tem reiterado a necessidade de impedir que o Brasil mergulhe em uma recessão», pondera.

Em segundo lugar — prossegue — a dívida externa está refletindo uma situação que necessita de uma definição com relação à renegociação. Hélio Duque condena a usura dos banqueiros internacionais para os quais o Brasil remeteu, em cinco anos, de 82 a 86, o equivalente a 55 bilhões de dólares em pagamento de juros. «Uma sangria que não pode continuar assim».

Hélio Duque se autodefine como «daqueles que acreditam que o Brasil deve renegociar o pagamento dos juros, pois não suporta mais remeter 4,5% do seu Produto Interno Bruto para os países credores». A diferença deve ser aplicada na soberana defesa da riqueza nacional, solo e subsolo e na atuação das estatais em setores vitais da economia, como petróleo, siderurgia, eletricidade, minerais, saneamento e demais investimentos públicos fundamentais para a manutenção do sistema capitalista brasileiro.

Severo Gomes crê que existe apenas um caminho: romper com a Ordem Econômica Internacional. O primeiro passo neste sentido foi dado agora — resalta — com a moratória. Para ele não se pode medir a sangria de recursos somente com o pagamento dos juros, mas de outras formas, como a alteração das taxas pelos países credores: a queda dos preços dos produtos de ex-

teve um projeto econômico próprio — "nossas políticas sempre foram comandadas de fora para dentro". Os grandes projetos feitos longe do Brasil o Carajás e o Nuclear, — conforme enumera, serviram à economia dos países desenvolvidos.

Severo diz que só existe um caminho

Bacharel em direito pela USP e administrador de empresas, o senador Severo Gomes, PMDB-SP, foi ministro da Agricultura no período 66-67 e ministro da Indústria e Comércio de 74 a 77, além de presidente do Mobral, diretor do seu Arte Moderna de Eleito se em 1982, foi presidente da Comissão de Economia, membro titular da Comissão de Finanças e de Relações Exteriores, de Ciência e Tecnologia, e de Educação e Cultura, além de vice-líder do partido em 86. E hoje o mais forte candidato ao cargo de relator da Comissão de Ordem Econômica na Constituinte.

O senador afirma que o Brasil não

ANC ECONOMIA
CONT-